

PRESTAÇÃO DE CONTAS

CÂMARA MUNICIPAL DE
TERRAS DE BOURO

2021

Relatório de Gestão



Índice

Introdução.....	5
CAPÍTULO I – Relatório de atividades	7
CAPÍTULO II – Relatório de Gestão.....	15
1. Análise orçamental.....	17
1.1. Receita.....	19
1.2. Despesa	21
1.3. Resultado orçamental	24
1.4. Principais indicadores orçamentais.....	25
2. Análise económico-financeira	26
2.1. Balanço	26
2.2. Demonstração de resultados	28
2.3. Indicadores económico-financeiros	30
2.4. Endividamento municipal.....	31
3. Contabilidade de gestão.....	32
4. Proposta de aplicação de resultados	33
5. Factos relevantes ocorridos após o encerramento do período.....	33
6. Dívidas ao Estado e à Segurança Social.....	33
7. Principais pressupostos relativos ao futuro	33
8. COVID-19 e Guerra da Ucrânia.....	34
CAPÍTULO III – Organização municipal e recursos humanos.....	36
Documentos de Prestação de Contas	Erro! Marcador não definido.
Encerramento.....	Erro! Marcador não definido.

Índice de tabelas

Tabela 1 Receita	17
Tabela 2 Despesa.....	18
Tabela 3 Despesa.....	22
Tabela 4 Despesa efetiva.....	22
Tabela 5 Despesa não efetiva.....	24
Tabela 6 Saldo para a gerência seguinte.....	25
Tabela 7 Resultado orçamental.....	25
Tabela 8 Indicadores Orçamentais.....	25
Tabela 9 Ativo.....	26
Tabela 10 Passivo	27
Tabela 11 Património Líquido	28
Tabela 12 Gastos	28
Tabela 13 Rendimentos.....	29
Tabela 14 Indicadores financeiros	30
Tabela 15 Limite da Dívida total.....	31
Tabela 16 Dívida total.....	31
Tabela 17 Mapa de pessoal.....	38
Tabela 18 Mapa de pessoal - contingente a 31/12	39
Tabela 19 Mapa de pessoal mobilidades	39
Tabela 20 Evolução do número de trabalhadores	40
Tabela 21 Indicadores de despesa com o pessoal	42

Índice de gráficos

Gráfico 1 Evolução da Receita.....	19
Gráfico 2 Impostos diretos.....	20
Gráfico 3 Transferências obtidas.....	20
Gráfico 4 Evolução da despesa.....	21
Gráfico 5 Evolução das despesas correntes.....	23
Gráfico 6 Evolução das despesas de capital.....	24
Gráfico 7 Gastos.....	29
Gráfico 8 Rendimentos.....	30
Gráfico 9 Distribuição de trabalhadores por carreira.....	40
Gráfico 10 Distribuição de trabalhadores por género.....	41
Gráfico 11 Distribuição de trabalhadores por carreira e género.....	41
Gráfico 12 Trabalhadores por escalão etário.....	41
Gráfico 13 Distribuição de trabalhadores por idade e género.....	42

Introdução

O exercício de 2021 continuará a ficar marcado pelo combate à pandemia causada pela COVID19. Portugal e o mundo atravessam uma condição *sui generis* e, tal crise, está longe de ter apenas repercussões na saúde pública, transformando-se numa crise económica e social de proporções inimagináveis nas últimas décadas.

O Município de Terras de Bouro foi capaz de enfrentar essa adversidade e fê-lo com muita determinação, tomando a liderança em áreas diversas e distintas, no sentido de mitigar os efeitos mais gravosos e avassaladores para a população do concelho. Claro que este trabalho não podia ser feito isoladamente, mas em perfeita cooperação com todos os intervenientes locais, que conjugaram esforços para que se obtivessem os melhores resultados.

E assim aconteceu!

Tal efetividade só foi possível pelo estado financeiro da Câmara Municipal, o qual permite a sua redefinição e prontidão de resposta. A gestão rigorosa dos últimos anos possibilitou e continuará a possibilitar a viabilidade dos novos desafios e os apoios extraordinários à comunidade, sem descuidar os investimentos assumidos.

Terras de Bouro é um concelho com uma identidade plural que exige uma atenção e um empenho permanentes perante todas as situações do quotidiano, não esquecendo uma estratégia de desenvolvimento, assente na sustentabilidade, que foi encetada e que queremos manter.

Ao longo dos últimos anos os munícipes, as empresas e todos os organismos de cariz social e associativo têm testemunhado uma melhoria significativa nos padrões de organização da vida concelhia, na qualidade dos serviços prestados, nas acessibilidades, na requalificação de espaços públicos e no aprofundamento das políticas de inclusão social e de coesão territorial, refletida numa intervenção generalizada e integrada em todo o território.

Esse tem sido o caminho seguido, correspondendo à estratégia que foi traçada por este Executivo e da qual não se tem desviado.

Mesmo em ano de eleições o ritmo de intervenção, de participação e de realização não foi alterado, verificando-se, até, um reforço da coerência imposta pelo compromisso assumido e pela verdade com que se deve e tem que pautar a conduta no exercício de funções autárquicas.

É prova disso a colaboração mantida com as Juntas de Freguesia, as Associações Culturais, Desportivas e Recreativas, a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários, as Delegações da Cruz Vermelha Portuguesa, as IPSS's (Instituições Particulares de Solidariedade Social), o Agrupamento de Escolas, o Centro de Saúde, a GNR, a Irmandade do São Bento da Porta Aberta e os Agentes de Desenvolvimento Local.

É também prova disso a materialização dos projetos que foram e estão a ser concretizados, no estrito cumprimento das promessas eleitorais.

O trabalho que realizamos mereceu a aprovação generalizada dos munícipes que o ratificaram, expressivamente, nas últimas eleições autárquicas. Tal constitui para nós motivo de orgulho, mas também de responsabilidade acrescida e de compromisso redobrado.

Propomo-nos seguir o caminho traçado e, de mãos dadas, fazer de Terras de Bouro um município onde todos se orgulhem de viver e, simultaneamente, atrair aqueles que se queiram aqui fixar e investir.

Assente nesses pressupostos e garantias, apresentamos de seguida, o Relatório e as Contas do ano de 2021.

O Presidente da Câmara Municipal,

(Manuel João Sampaio Tibo)

CAPITULO I – Relatório de atividades

Na observação das diferentes áreas da Gestão Municipal, poderá constatar-se que o ano de 2021, uma vez mais, foi um ano de grandes concretizações, sendo que, mesmo assim, não ficam aqui totalmente vertidas a globalidade das mesmas.

Assim:

Ambiente, Urbanismo e Ordenamento do Território

- Conclusão das obras no âmbito do Projeto Raia Termal em que inclui a reabilitação do Parque da Assureira, mais conhecido pelo Parque do Banco do Ramalho, intervenções no rio Gerês e Avenida Manuel Francisco da Costa.
- Requalificação da Casa Florestal do Parque da Assureira, para a criação de um Centro Literário.
- Conclusão da construção da Ecovia do Rio Homem e Açude de Gondoriz.
- Requalificação da estrada Moimenta Brufe.
- Alargamento e repavimentação da estrada da Ermida – Vilar da Veiga.
- Alargamento da estrada e instalação da rede de abastecimento água em Romão, Vilar da Veiga.
- Instalação da rede de saneamento em Paredes, freguesia de Carvalheira.
- Requalificação da Avenida Francisco Manuel da Costa, na Vila do Gerês.
- Reflorestação de áreas ardidadas com plantas autóctones no Campo do Gerês.
- Pavimentações na Balança: Água Levada, Carril, Moure e Picouço.
- Pavimentações em Cibões: Assento, Cabenco e Estoufe.
- Pavimentações em Gondoriz: Antas, Mesquita, Bouças, Bustelo e Guardenha.
- Pavimentações em Valdozende: Assento, Paradela e Vilarinho.
- Pavimentações em Souto: Lages e Sá.
- Pavimentações em Padrós, Chamoim.
- Pavimentação em Chemedião, Ribeira.
- Pavimentação em Outeiro, Vilar.

- Construção de muros no lugar de Sá, freguesia de Souto.
- Construção de muro no lugar de Casal, Freguesia de Chorense.
- Pavimentação no lugar de Gogide, Freguesia da Ribeira.
- Construção de rede de água e saneamento no lugar de Padrós, freguesia de Chamoim.
- Construção de rede de água e saneamento no lugar de Castanheira, freguesia de Gondoriz.
- Intervenções em reservatórios de água na freguesia de Cibões, Vilar, Brufe, Gondoriz.
- Instalação de uma Unidade de Emergência, Proteção e Socorro da GNR Montanha na Vila do Gerês. Esta Unidade de Intervenção de Proteção e Socorro disponibiliza no nosso território diversos serviços fundamentais: - Intervenção e combate a incêndios florestais, busca de pessoas desaparecidas, proteção e socorro perante condições meteorológicas adversas, patrulhamento florestal, bem como realização de ações de esclarecimento e sensibilização.
- Primeiros Sapadores dos Rios criados em Terras de Bouro com apoio da APA (Agência Portuguesa do Ambiente). Esta equipa procede à limpeza e valorização das margens do rio Homem, numa perspetiva de preservação da biodiversidade local e devolução dos espaços ribeirinhos à visitação e fruição dos mesmos.
- Reforçada Rede de Fibra Ótica no território concelhio podendo atingir uma cobertura de 98%.
- Instalado um Balcão Único do Prédio (BUPi) em Terras de Bouro em parceria com a Comunidade Intermunicipal do Cávado (CIM Cávado) no qual pode ser mapeado de forma gratuita os prédios rústicos e mistos, dotando o território do Cávado de um sistema de informação cadastral.
- Arranque da obra da construção do Centro BTT na antiga escola Primária de Chamoim.
- Conclusão das obras da rede pedonal entre Rio Caldo e Vilar da Veiga.
- Feita a adjudicação da obra de requalificação da Estrada Municipal que liga Moimenta a Brufe, valorizando assim uma via de comunicação que, para além de servir as populações residentes, melhora substancialmente a rede viária concelhia.
- Adjudicada a empreitada para execução das obras da Rota do Santuário do Bom Jesus das Mós. Esta obra prevê a requalificação da zona envolvente do Santuário do Bom Jesus das

Mós, na freguesia de Carvalheira, melhorando as condições de visitação de todo aquele espaço.

- Adjudicada a empreitada para construção de um Centro Municipal de Proteção Civil em Terras de Bouro. Esta obra a concretizar no segundo piso do edifício municipal criará as condições adequadas às funcionalidades daquele serviço operacional.
- Adjudicada a obra de requalificação e adaptação da Sala Polivalente Municipal. Esta obra possibilitará a realização de eventos que trarão uma outra dinâmica à Vila de Terras de Bouro, colmatando assim uma lacuna que se verificava na sede do Concelho.

Educação e Juventude

- O início do ano letivo foi preparado pela Direção do AE de TB, em estreita articulação e colaboração com o Município, respeitando e cumprindo todas as orientações emanadas pelo Ministério da Educação e pela DGS.
- No que concerne à elaboração do Plano de Transportes Municipal, a Câmara Municipal elaborou o mesmo, acautelando todas as situações.
- O Município ofereceu os livros de fichas complementares aos manuais escolares a todos os alunos que frequentem o 1.º Ciclo, independentemente do seu escalonamento em termos de ação social.
- Concedemos um valor monetário de 100,00 euros aos alunos de mérito, no âmbito do Mecenato Educacional. O mérito foi definido pelo AE de TB.
- Concedemos Bolsas monetárias aos alunos que frequentam o ensino superior e que cumpram o Regulamento.
- As crianças do 1.º Ciclo do Ensino Básico foram apoiadas ao nível das refeições, através da redução do pagamento diário do almoço. No âmbito das refeições escolares do 1.º ciclo o apoio foi atribuído do seguinte modo: os alunos do 1.º escalão de abono têm refeição gratuita; os alunos do 2.º escalão de abono pagam 50% do valor estipulado pelo Ministério da Educação (0,73€); os alunos do 3.º escalão e seguintes pagam o valor estipulado pelo Ministério da Educação (1,46€). No entanto, os alunos com o 3.º escalão ou seguintes que tiverem um irmão no mesmo grau ensino pagam 1 € e se tiverem dois ou mais irmãos pagam 0,75 €.

- Continuaram a ser fornecidos gratuitamente às escolas do EPE e 1.º ciclo materiais de expediente, incluindo fotocópias, vários materiais didáticos e pedagógicos considerados importantes para o desenvolvimento das crianças.
- Município ofereceu às bibliotecas escolares livros, assim como demais material complementar.
- O Município continuou a ser parceiro no cumprimento e realização do Plano Anual de Atividades do Agrupamento de Escolas de Terras de Bouro, desde logo:
 - Magusto, inserido na Feira de São Martinho, com insufláveis para as crianças;
 - Presentes de Natal a todas as crianças do ensino pré-escolar (público e privado) e 1º Ciclo;
 - Dia Mundial da Criança, com insufláveis.
- Município promoveu a hora do conto com a contadora de histórias Estefânia Surreira aos alunos do Pré-escolar.
- O Município Promoveu o ATL de Verão para crianças até aos 12 anos, proporcionando-lhes gratuitamente inúmeras atividades desportivas, lúdicas e culturas (ex: idas à piscina semanais, à praia, passeios de barco na nossa albufeira, visita a museus, etc.). A comparticipação dos pais resume-se apenas ao valor da refeição servida (almoço).
- O Município tem a Escola de Musica de Terras de Bouro em funcionamento em Moimenta, em Rio Caldo e Gerês, onde se tem investido em muito material;
- Município tem ao dispor do AETB uma terapeuta da fala e psicóloga com objetivo de proporcionar aos alunos a realização de um trabalho escolar em condições de estabilidade emocional e afetiva.

Ação Social

- No programa de Apoio à Melhoria das Condições de Habitabilidade “Habitação Condigna”, que consiste na recuperação de habitação própria e permanente, foram contemplados dezanove (19) agregados familiares, correspondendo a um investimento de cerca de 100.500,00 euros;
- Através do Programa Habitação Condigna- Modalidade de Apoio à Renda, foram apoiados sete (7) agregados familiares, representando uma despesa de cerca de 12.000,00 euros;

- Com objetivo superar as carências habitacionais mais prementes da população e reforçar o parque habitacional municipal, iniciamos a elaboração da Estratégia Local para Habitação, no âmbito do 1.º Direito.
- No âmbito da Habitação Social, foram acompanhados vinte e oito (28) agregados familiares;
- No âmbito da Habitação Social, procedeu-se, ainda, ao realojamento de uma (1) nova família;
- No programa de Incentivo à Natalidade foram beneficiadas 26 crianças, a que corresponde um investimento de, aproximadamente, 11.000,00 euros;
- No âmbito programa Porta 65-Jovem foi prestado apoio técnico aos jovens do concelho na apresentação de candidaturas, nomeadamente a seis (6) agregados familiares.
- Através da Loja Social foram apoiadas cerca de 45 pessoas com bens como alimentos, têxteis e vestuário, material didático e brinquedos, eletrodomésticos, mobiliário.
- Através do Banco Local de Ajudas Técnicas, foram disponibilizados equipamentos a 28 pessoas em situação de incapacidade e/ou dependência, temporária ou definitiva.
- No âmbito do Protocolo de Parceria assinado entre a Câmara Municipal e o Centro Distrital de Braga da Segurança Social, foram acompanhadas, até 31 de outubro, cerca de cento e cinquenta e cinco (155) famílias através do Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social. Procedeu-se, igualmente, ao acompanhamento, avaliação e monitorização das ações inscritas nos Contratos de Inserção do Rendimento Social de Inserção (RSI) na área da habitação e participação nas reuniões do Núcleo Local de Inserção (NLI).
- No âmbito da publicação dos Avisos NORTE-42-2018-15 e NORTE-42-2019-48|Investimento em Equipamentos Sociais, do PO Norte 2020, foi prestado apoio técnico a seis (6) IPSS's na execução das Operações, nomeadamente ao nível da contratação pública, publicitação, organização/submissão de Pedidos de Pagamento, Pedidos de Reprogramação e de Relatórios de Execução. De referir que os Centros Sociais de Terras de Bouro serão apoiados com cerca de um milhão e quinhentos mil euros.
- Foram desenvolvidos várias atividades no âmbito dos Projetos “CHEGA +” e “ENVOLVER”, ambos com o objetivo de intervenção na prevenção e acompanhamento

de casos relacionados com a problemática da violência doméstica e de género, designadamente a criação do gabinete de apoio à vítima.

- Desenvolvimento e execução, como parceiros, dos projetos Cávado Mais Igual, na área da Conciliação e Igualdade de Género, e o Pró-Igualdade no Cávado, no âmbito da elaboração, implementação e avaliação dos Planos Municipais de Igualdade, ambos promovidos pela CIM do Cávado.
- Desenvolvimento de uma estreita parceria com a ATAHCA, Entidade Coordenadora Local do projeto CLDS 4GEIRA – Gerações, Emprego, Inclusão e Revitalização de Atividades em Terras de Bouro, na execução do plano de ação e de iniciativas de emergência social.
- Apoio na revisão de um (1) processo no âmbito do Programa SOLARH.
- Desenvolvimento de reuniões e ações de capacitação dos técnicos das instituições da rede social local, para a implementação de respostas de apoio especializado junto dos cuidadores informais, através do projeto Cuidar de Quem Cuida.
- Com o eclodir da Pandemia o Gabinete de Ação Social teve a grande preocupação de manter um contacto regular com a população idosa e com as famílias mais vulneráveis, com o apoio do CLDS 4Geira (Contratos Locais de Desenvolvimento Social), das Juntas de Freguesia e das IPSS's (Instituições Particulares de Solidariedade Social). Através deste trabalho de proximidade, foi possível tomar conhecimento dos casos mais críticos e, conseqüente, apoiar algumas famílias com carências de apoio alimentar e em situação de maior isolamento e solidão, problemáticas agravadas pela Pandemia.
- A Câmara Municipal tem, também, prestado um importante apoio às IPSS's do concelho, nomeadamente ao nível do transporte e distribuição dos produtos alimentares disponibilizados pelo Banco Alimentar de Braga.

Turismo, Desporto e Lazer

- Processo de candidatura da Geira/Via Romana a Património da Humanidade.
- Renovação da lona turística na Vila de Terras de Bouro.
- Renovação da sinalética dos caminhos de S. Bento no Formigueiro.
- Colocação de sinalética Turística na autoestrada no âmbito do projeto Gerês – Xurés Dinâmico.

- Projeto Gerês seguro 2021. Projeto desenvolvido em parceria com a Associação Gerês Viver Turismo. Este projeto visa a implementação de medidas de sensibilização junto dos operadores turísticos concelhios e dos próprios turistas, tendo como objetivo a prevenção e cuidados a ter com a doença COVID19.
- Webinar “valorização da raia termal”
- Intervenções de limpeza em trilhos e no traçado da Geira/Via Romana.
- Gerês Granfondo regressou ao Gerês, tendo acolhido a oitava edição do Gerês Granfondo by TREK
- Equipa de BTT enduro de Terras de Bouro em destaque na Taça de Portugal.
- Espaço Memória Geresão. Criado no CAT (Centro de Animação Turístico) do Gerês um espaço memória dedicado ao extinto jornal “O Geresão” e ao Gerês.
- Renovação da imagem dos postos de turismo concelhios.
- Renovada publicidade nos táxis do concelho.
- Publicação de novo Mapa Turístico das Caldas do Gerês.
- Terras de Bouro presente no Guia Termal do Eixo Atlântico.
- Festas Concelhias, que ainda não puderam ser realizadas em 2021 (dois mil e vinte e um) devido à situação de pandemia, foram sinalizadas com a celebração de uma Eucaristia.
- Retomada a realização da Feira de S. Martinho das Terras do Gerês, tendo atraído milhares de pessoas à Vila de Terras de Bouro.
- Foi colocada sinalética no Parque urbano da Vila e na Ecovia do Homem, possibilitando aos visitantes uma melhor identificação dos espaços e orientação nos percursos.
- Realizada a 8ª Edição do Festival de Caminhadas no Gerês. Esta iniciativa esteve a cargo da Associação Gerês Viver Turismo, tendo contado com o apoio da Câmara Municipal. Tratou-se de uma oportunidade única para percorrer os melhores trilhos de montanha, acompanhados por guias locais.
- Vila do Gerês e Parque Nacional acolheram a Prova “Gerês Marathon, a maratona mais bela e mais dura do mundo” na qual participaram milhares de atletas de diferentes nacionalidades.

Desenvolvimento Económico/Gabinete de Apoio à Agricultura

- Apoio e elaboração de candidaturas para licenciamento das explorações agrícolas.
- Formação profissional (realização de quatro ações de formação “Conduzir e operar com tratores em segurança).
- Articulação com a Direção Regional da Agricultura do Norte no combate à vespa do castanheiro (financiamento a 100% pela Câmara Municipal).
- Elaboração de candidaturas (pedido único) aos agricultores do Concelho.
- Parcelário Agrícola (identificação e elaboração).
- Formação (aplicação de produtos fitofarmacêuticos – duas ações).
- Concedido apoio financeiro aos titulares de explorações agropecuárias.

Com determinação e responsabilidade continuaremos a traçar o rumo correto para o Município de Terras de Bouro.

O caminho para a consecução desse objetivo deve ser o de manter o bom nível dos principais indicadores orçamentais, bem como, pautar a nossa gestão pelo cumprimento das normas da Lei do Orçamento de Estado para as autarquias locais, tendo em vista, prosseguir e alcançar a consolidação e equilíbrio financeiro do Município.

É o que, com todo o rigor, foi praticado, como a seguir se demonstra.

CAPÍTULO II – Relatório de Gestão

O SNC-AP traz uma nova visão de prestação de contas que integra, para além do cumprimento legal, também, a harmonização, a credibilidade, a transparência e a comparabilidade das contas públicas, tanto a nível interno, como a nível internacional.

O foco está cada vez mais no reporte de informação útil (financeira e não financeira), que reflita, de forma dinâmica, as mudanças que ocorrem nas entidades públicas e nas necessidades sentidas pelos utilizadores.

Este novo normativo é constituído pelos subsistemas de contabilidade orçamental, de contabilidade financeira e de contabilidade de gestão. A contabilidade orçamental visa permitir um registo pormenorizado do processo orçamental. A contabilidade financeira, que tem por base as normas internacionais de contabilidade pública, permite registar as transações e outros eventos que afetam a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa. A contabilidade de gestão permite avaliar o resultado das atividades e projetos que contribuem para a realização das políticas públicas e o cumprimento dos objetivos em termos de serviços a prestar aos cidadãos.

A Prestação de Contas do Município do ano 2021 foi elaborada de acordo com o novo normativo contabilístico o SNC-AP, que entrou em vigor para as Autarquias Locais no dia 1 de janeiro de 2020.

Os procedimentos inerentes aos registos contabilísticos relativos à gestão económico-financeira da administração local estão devidamente previstos nas disposições legais, obedecendo qualquer ato de gestão da atividade financeira das autarquias locais a normas e princípios constantes no respetivo enquadramento jurídico em vigor.

Este relatório tem, assim, por objetivos:

- i. Explicitar os níveis de execução conseguidos, referenciando-os aos aspetos mais relevantes do desempenho da atividade financeira municipal;
- ii. Proporcionar uma imagem verdadeira e apropriada da posição económica, financeira e dos fluxos de caixa;
- iii. Facultar informação credível para as entidades externas e para a preparação das contas de acordo com o sistema europeu das contas nacionais e regionais;
- iv. Obter maior controlo financeiro, da legalidade, de economia, de eficiência e de eficácia dos gastos públicos.

Acrescerá ainda referir que foram utilizados mapas e quadros, que irão permitir uma análise financeira e patrimonial de um ponto de vista dinâmico, justificando-se as variações de dotações, das disponibilidades e integrando-as na apreciação global das contas.

As contas do Município foram auditadas por um Revisor Oficial de Contas.

Notas:

Os valores unitários constantes nos mapas e quadros encontram-se expressos em unidades de euros.

PRESTAÇÃO DE CONTAS 2021

1. Análise orçamental

No ano de 2021 a receita cobrada bruta atingiu os € 13.465.749, verificando-se um aumento de 1,24 milhões de euros relativamente à receita bruta cobrada no exercício de 2020.

De seguida, na tabela seguinte podemos analisar, em detalhe, a receita orçamentada, a corrigida e a cobrada bruta no ano de 2021.

Tabela 1 Receita

RECEITA	Previsões Iniciais	Previsões corrigidas	Receitas Cobradas	%
Receita Efetiva				
Impostos diretos	913.000,00	913.000,00	1.172.232,37	128,39%
Taxas, multas e o. penalidades	218.015,00	218.015,00	143.469,49	65,81%
Rendimento de propriedade	488.020,00	488.020,00	482.882,65	98,95%
Transferências correntes	7.492.260,00	8.314.978,00	7.377.668,59	88,73%
Vendas e prest. de serviços	536.020,00	536.020,00	585.418,90	109,22%
Outras receitas	20,00	20,00	8.137,58	40687,90%
TOTAL R. CORRENTES	9.647.335,00	10.470.053,00	9.769.809,58	93,31%
Venda de bens	4.025,00	4.025,00	0,00	0,00%
Transferências capital	3.839.087,00	5.069.369,00	2.269.930,73	44,78%
O. receitas de capital	5,00	5,00	1.048,00	20960,00%
TOTAL R. CAPITAL	3.843.117,00	5.073.399,00	2.270.978,73	44,76%
Total da Receita Efetiva	13.490.452,00	15.543.452,00	12.040.788,31	77,47%
RECEITA NÃO EFETIVA				
Ativos Financeiros	5,00	0,00	0,00	0,00%
Passivos Financeiros	1.655.903,00	4.716.753,00	1.001.596,89	21,23%
TOTAL R. NÃO EFETIVA	1.655.908,00	4.716.753,00	1.001.596,89	21,23%
OUTRAS RECEITAS				
Reposições não abatidas nos pagamentos	5,00	5,00	4.326,65	86533,00%
Saldo da gerência anterior	0,00	419.037,00	419.037,00	100,00%
Total O. Receitas	5,00	419.042,00	423.363,65	101,03%
Total Geral	15.146.365,00	20.679.247,00	13.465.748,85	65,12%

A receita corrente cobrada bruta, face à receita corrente corrigida, teve uma execução de 93,3%. A rubrica em destaque é a de Impostos Diretos cujo montante de receita cobrada atingiu os € 1.172.232, com uma taxa de execução de 128,4%.

Neste grupo destaca-se as receitas provenientes da cobrança de IMI e IMT, com € 525.823 e € 393.783, respetivamente.

PRESTAÇÃO DE CONTAS 2021

A receita de capital cobrada apresenta uma execução de 44,8% face à receita de capital corrigida. Em relação às previsões corrigidas para o ano de 2021, a cobrança da receita efetiva fixou-se nos 77,5%.

A receita não efetiva apresenta uma taxa de execução de 21,2%.

Na tabela seguinte está espelhada a decomposição da despesa orçamentada, a corrigida e a paga por grandes grupos.

Tabela 2 Despesa

	<i>Dotações iniciais</i>	<i>Dotações corrigidas</i>	<i>Despesas pagas</i>	<i>%</i>
Despesa Efetiva				
Despesas com o pessoal	5.102.648,00	5.025.858,00	4.904.280,04	97,58%
Aquisição de bens e serviços	3.281.108,00	3.182.785,00	2.494.163,68	78,36%
Juros e outros encargos	10.500,00	8.800,00	7.320,28	83,19%
Transferências correntes	496.500,00	610.051,00	488.534,99	80,08%
Subsídios	68.000,00	52.000,00	50.159,73	96,46%
Outras despesas correntes	100.000,00	133.400,00	113.390,01	85,00%
Total Desp. Correntes	9.058.756,00	9.012.894,00	8.057.848,73	89,40%
Aq. Bens de investimento	5.403.849,00	10.157.998,00	3.246.180,54	31,96%
Transferências de capital	282.760,00	1.112.360,00	1.016.981,95	91,43%
O. Despesas de capital	1.000,00	0,00	0,00	0,00%
Total Despesa de Capital	5.687.609,00	11.270.358,00	4.263.162,49	37,83%
Total Despesa Efetiva	14.746.365,00	20.283.252,00	12.321.011,22	60,74%
Despesa Não Efetiva				
Ativos financeiros	0,00	0,00	0,00	#DIV/0!
Passivos financeiros	400.000,00	396.000,00	395.470,93	99,87%
Total despesa não efetiva	400.000,00	396.000,00	395.470,93	99,87%
Total Geral	15.146.365,00	20.679.252,00	12.716.482,15	61,49%

A despesa corrente paga apresenta uma execução de 89,4%. Para este resultado contribuíram praticamente todas as rubricas deste grupo, sendo de realçar a rubrica de aquisição de bens e serviços cujo taxa de execução se fixou em 78,4%.

A despesa de capital paga regista uma execução de 37,8%. A rubrica em evidência é a de Aquisição de Bens de Capital cujo montante de despesa paga atingiu os € 3.246.181 , com uma taxa de execução de 32%.

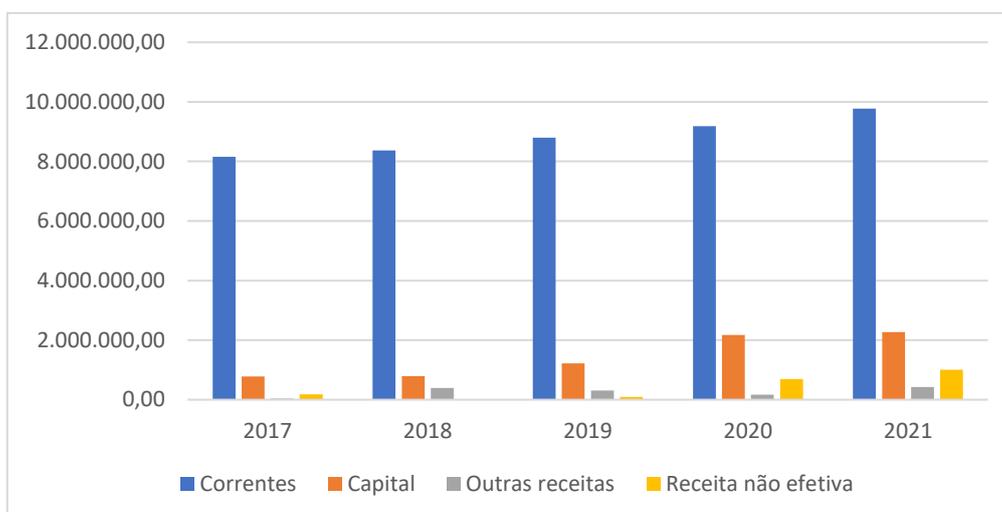
A despesa total paga (€ 12.716.482) face ao total da despesa corrigida (€ 20.679.252) apresenta uma execução de 61,5%.

As taxas de execução da despesa estão relacionadas com o elevado volume de projetos/candidaturas aprovadas, que se encontram em curso, e/ou em fase de lançamento dos respetivos procedimentos pré-contratuais de adjudicação.

1.1. Receita

No gráfico que se segue ilustra-se a evolução da receita cobrada nos últimos 5 anos.

Gráfico 1 Evolução da Receita



Da leitura deste gráfico verifica-se um crescimento sustentado e constante das receitas correntes, destacando-se o acentuado crescimento verificado no ano de 2020 das receitas de capital, situação que se manteve no ano de 2021 e que está associada à execução e consequente reembolso de projetos com financiamento comunitário.

Comparando com o ano de 2020, as receitas cobradas apresentam um crescimento global de 10,2%. As receitas correntes apresentam um aumento de 6,4%, ao passo que as receitas de capital apresentam um aumento de 4,8%.

1.1.1. Receita própria

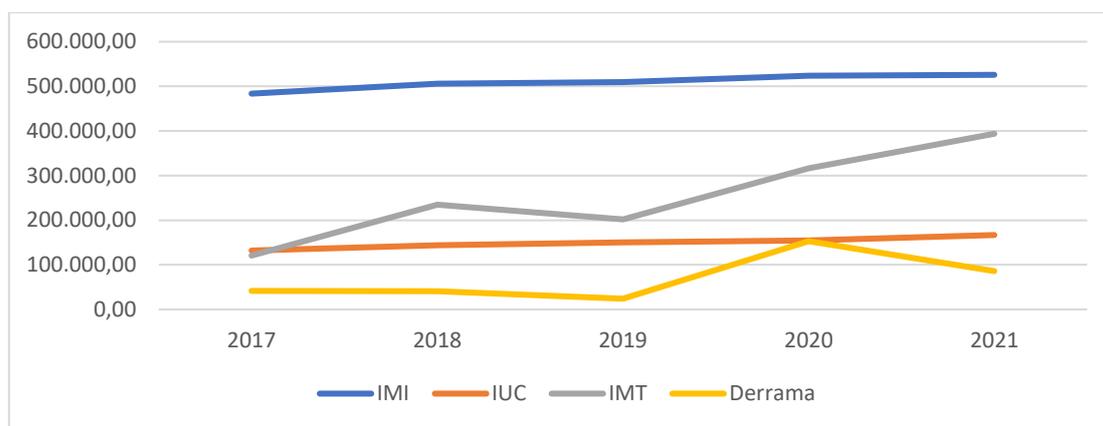
A pandemia provocada pelo vírus SarS-CoV-2, continuou a afetar, no ano de 2021, as receitas próprias do Município, quer pela suspensão de processos contraordenacionais quer pelas medidas extraordinárias que o executivo municipal implementou para mitigar os efeitos causados pela COVID-19, nas empresas e população do concelho.

Não obstante isso, o total das receitas próprias apresentam um aumento de 6,2%, fruto da retoma da rubrica de Vendas de bens e Prestação de Serviços (31%) e dos impostos diretos

(2,1%). Por outro lado, as rubricas de Taxas, multas e outras penalidades e de Rendimentos de propriedade, apresentam decréscimos de, respetivamente, 1,5% e 3,2%.

O aumento verificado na rubrica de Impostos Diretos está relacionada com o aumento verificado na Imposto Municipal sobre a Transmissão de Imóveis (IMT), que, após o aumento verificado em 2020, volta a apresentar um aumento na ordem dos 24,3%. Em sentido inverso a Derrama apresenta um decréscimo de 43,9%.

Gráfico 2 Impostos diretos

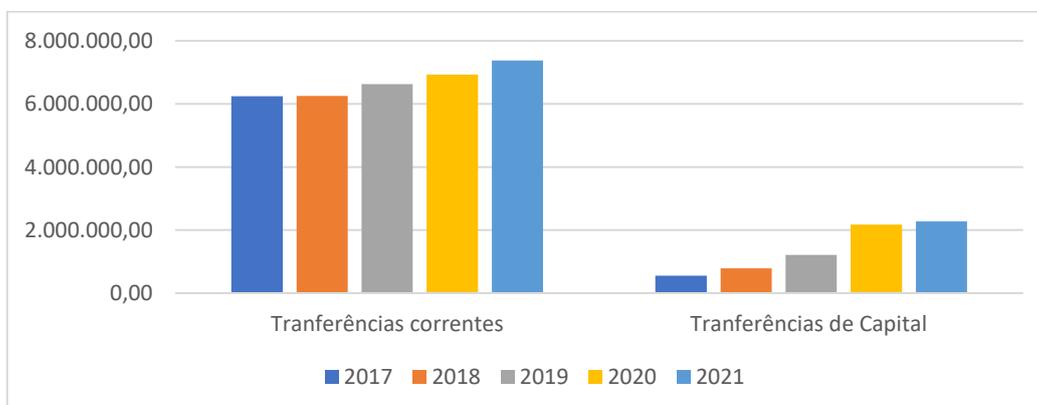


1.1.2. Transferências obtidas

As transferências obtidas, em 2021, atingiram os € 9.647.599, o que representa um aumento, comparativamente com o ano anterior de 6,0%. Este aumento é justificado essencialmente pelo aumento verificado nas transferências provenientes do Orçamento do Estado.

As transferências correntes registaram em 2021, um acréscimo da receita cobrada de € 447.054, e as transferências de capital registaram um aumento de € 94.950.

Gráfico 3 Transferências obtidas



1.1.3. Financiamento bancário

No decurso do de 2020, o Município utilizou € 1.001.597, dos empréstimos contratualizados, quer junto da banca comercial, quer junto do Estado Português, através do Empréstimo-Quadro BEI – Autarquias, para financiamento de projetos em curso no território concelhio.

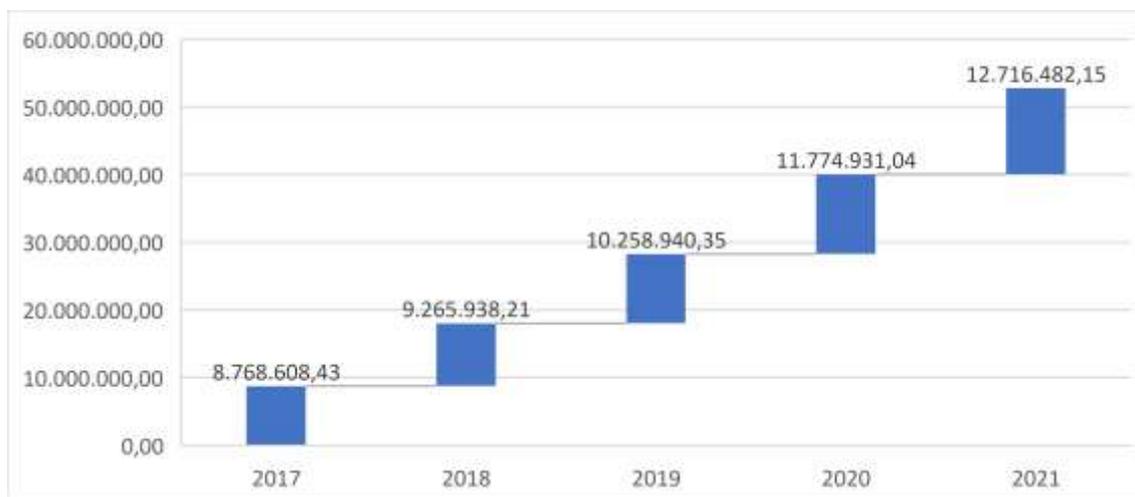
Por outro lado, amortizou, da carteira de empréstimos existentes € 386.036.

Em resultado destes dois factos o valor em dívida de empréstimos aumentou cerca de 25,1%, face ao ano de 2020.

1.2. Despesa

No ano de 2021 a despesa paga a atingiu € 12.716.482, correspondendo a uma execução de 61,5% dos recursos orçamentados.

Gráfico 4 Evolução da despesa



Da análise do gráfico acima é possível concluir que a despesa paga tem evoluído de forma sustentada, atingindo no ano de 2021, o valor mais alto dos últimos 5 anos, no qual atingiu o montante pago de € 12.716.782.

Apresenta-se de seguida uma tabela resumo com as dotações corrigidas, os compromissos assumidos, as obrigações e a despesa paga, em função dos grandes capítulos da despesa pública.

PRESTAÇÃO DE CONTAS 2021

Tabela 3 Despesa

	<i>Dotações corrigidas</i>	<i>Compromissos</i>	<i>Obrigações</i>	<i>Despesas pagas</i>
Despesa Efetiva				
Despesas com o pessoal	5.025.858,00	4.915.848,87	4.910.760,75	4.904.280,04
Aquisição de bens e serviços	3.182.785,00	2.877.670,43	2.632.495,45	2.494.163,68
Juros e outros encargos	8.800,00	7.320,28	7.320,28	7.320,28
Transferências correntes	610.051,00	591.800,10	582.865,69	488.534,99
Subsídios	52.000,00	50.159,73	50.159,73	50.159,73
Outras despesas correntes	133.400,00	122.282,63	113.788,51	113.390,01
Total Desp. Correntes	9.012.894,00	8.565.082,04	8.297.390,41	8.057.848,73
Aq. Bens de investimento	10.157.998,00	6.125.213,10	3.283.963,94	3.246.180,54
Transferências de capital	1.112.360,00	1.111.503,96	1.111.293,14	1.016.981,95
O. Despesas de capital	0,00	0,00	0,00	0,00
Total Despesa de Capital	11.270.358,00	7.236.717,06	4.395.257,08	4.263.162,49
Total Despesa Efetiva	20.283.252,00	15.801.799,10	12.692.647,49	12.321.011,22
Despesa Não Efetiva				
Ativos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00
Passivos financeiros	396.000,00	395.542,81	395.470,93	395.470,93
Total despesa não efetiva	396.000,00	395.542,81	395.470,93	395.470,93
Total Geral	20.679.252,00	16.197.341,91	13.088.118,42	12.716.482,15

Também se conclui que o resultado da diferença entre as obrigações e a despesa paga resulta um saldo de € 371.636.

1.2.1. Despesa efetiva – despesa corrente e despesa de capital

A despesa corrente apresenta uma taxa de execução de 89,4%, correspondentes a € 8.057.849 de despesa paga, enquanto a despesa de capital apresenta uma taxa de 37,8%, a que correspondente o pagamento de € 4.263.163.

Tabela 4 Despesa efetiva

<i>Despesa Efetiva</i>	<i>2020</i>	<i>2021</i>	<i>variação</i>	<i>%</i>
Despesas com o pessoal	4.495.947,97	4.904.280,04	408.332,07	9,08%
Aquisição de bens e serviços	2.308.147,79	2.494.163,68	186.015,89	8,06%
Juros e outros encargos	7.516,46	7.320,28	-196,18	-2,61%
Transferências correntes	398.126,15	488.534,99	90.408,84	22,71%
Subsídios	51.656,57	50.159,73	-1.496,84	-2,90%
Outras despesas correntes	85.001,11	113.390,01	28.388,90	33,40%
Total Desp. Correntes	7.346.396,05	8.057.848,73	711.452,68	9,68%

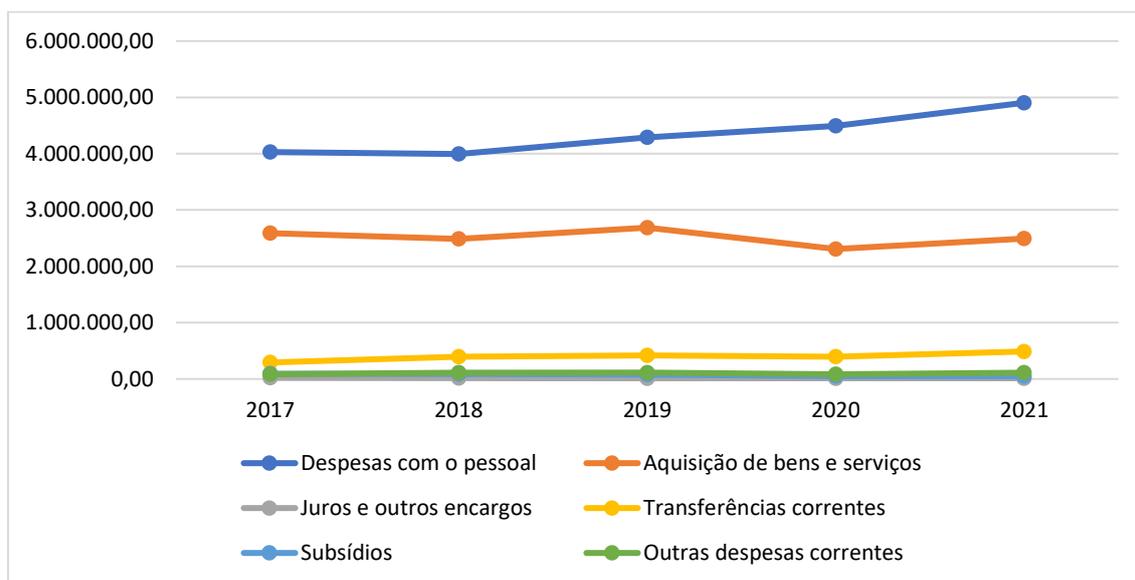
PRESTAÇÃO DE CONTAS 2021

<i>Despesa Efetiva</i>	2020	2021	variação	%
Aq. Bens de investimento	3.582.445,73	3.246.180,54	-336.265,19	-9,39%
Transferências de capital	452.755,43	1.016.981,95	564.226,52	124,62%
O. Despesas de capital				
Total Despesa de Capital	4.035.201,16	4.263.162,49	227.961,33	5,65%
Total Despesa Efetiva	11.381.597,21	12.321.011,22	939.414,01	8,25%
Despesa Não Efetiva				
Ativos financeiros	15.757,00	0,00	-15.757,00	-
Passivos financeiros	377.576,83	395.470,93	17.894,10	4,74%
Total despesa não efetiva	393.333,83	395.470,93	2.137,10	0,54%
Total Geral	11.774.931,04	12.716.482,15	941.551,11	8,00%

Comparando com o ano de 2020 verifica-se que a despesa corrente cresceu 9,7%, enquanto a despesa de capital aumentou 5,7%. A despesa efetiva registou um aumento de 8,3%.

A generalidade das rubricas de despesa corrente registaram acréscimos, com especial destaque para a rubrica de Despesas com o pessoal (€ 408.332).

Gráfico 5 Evolução das despesas correntes

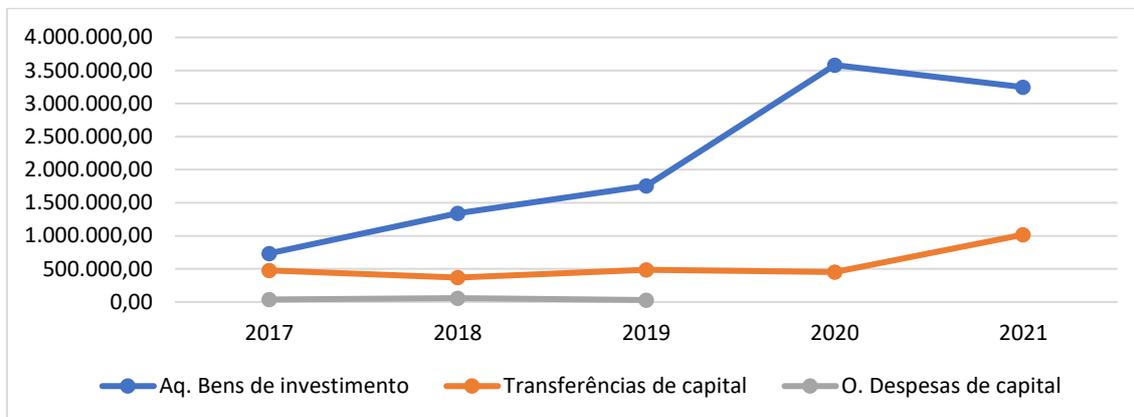


O gráfico anterior representa a evolução das despesas correntes. O aumento verificado, nos últimos anos, nas despesas com o pessoal, estão associados aos processos de descongelamento das carreiras da função pública e de regularização dos vínculos precários na administração pública.

Ao nível das despesas de capital destaca-se a rubrica de Transferência de capital que registou um aumento de 124,6%, correspondente a mais € 564.227 de despesa paga. Por outro lado, a

rubrica de Aquisição de bens de capital registou um decréscimo de 9,4%, comparativamente com o ano de 2020.

Gráfico 6 Evolução das despesas de capital



Conforme se pode aferir no gráfico, a rubrica de aquisição de bens de capital apresenta um ligeiro decréscimo no ano de 2021, quando comparado com o ano de 2020.

1.2.2. Despesa não efetiva

Ao nível da despesa não efetiva verificou-se uma taxa de execução de 99,9%, correspondentes a € 395.471, em grande maioria relacionados com a rubrica de Passivos Financeiros, que corresponde à amortização de capital de empréstimos contraídos e que será objeto de análise em capítulo próprio.

Tabela 5 Despesa não efetiva

<i>Despesa Não Efetiva</i>	<i>Dotações corrigidas</i>	<i>Compromissos</i>	<i>Obrigações</i>	<i>Despesas pagas</i>	<i>%</i>
Passivos financeiros	396.000,00	395.542,81	395.470,93	395.470,93	99,87%
Total despesa não efetiva	396.000,00	395.542,81	395.470,93	395.470,93	99,87%

1.3. Resultado orçamental

Na tabela seguinte patenteia-se a receita total cobrada e a despesa total paga, nos últimos 4 anos, apurando-se do resultado da diferença destas duas dimensões o saldo orçamental a incorporar no orçamento seguinte.

Em resultado da boa execução orçamental do ano de 2021, serão incrementados no orçamento de 2022, € 723.555.

PRESTAÇÃO DE CONTAS 2021

Tabela 6 Saldo para a gerência seguinte

	2017	2018	2019	2020	2021
Receita total cobrada	9 162 544,16	9 561 604,17	10 418 593,63	12 193 968,20	13.440.036,67
Despesa total paga	8 768 608,43	9 266 120,60	10 258 940,35	11 774 931,04	12.716.482,15
Saldo para a gerência seguinte	393 935,73	295 483,57	159 653,28	419 037,16	723.554,52

Na tabela seguinte expõe-se os resultados da execução orçamental de 2020. Apurou-se, no final do ano uma poupança corrente de € 1.686.249 e um saldo de capital negativo de € 1.992.184.

Tabela 7 Resultado orçamental

Resultado orçamental	2021
Receita corrente cobrada	9.744.097,40
Despesa corrente paga	8.057.848,73
Poupança corrente	1.686.248,67
Receita de capital cobrada	2.270.978,73
Despesa de capital paga	4.263.162,49
Saldo de Capital	-1.992.183,76
Receita total cobrada	13.440.036,67
Despesa total paga	12.716.482,15
Saldo da Gerência anterior	419.037,16
Saldo Orçamental	723.554,52

1.4. Principais indicadores orçamentais

Tabela 8 Indicadores Orçamentais

Indicador	Fórmula de cálculo	Resultado
Grau de Execução Orçamental da receita (%)	Receita cobrada líquida/Previsões corrigidas	0,65
Grau de Execução Orçamental da despesa (%)	Despesa paga líquida/ Dotações corrigidas	0,61
Saldo Corrente	Receita corrente - Despesa corrente	1.686.248,67
Saldo de Capital	Receita de capital - Despesa de capital	-1.992.183,76
Saldo Primário	Receita efetiva - Despesa efetiva + Juros e outros encargos	124.748,84
Saldo Global	Receita efetiva - Despesa efetiva	117.428,56
Grau de Realização das Liquidações	Recebimentos/Liquidações	1,00
Grau de Execução das Obrigações	Pagamentos/Obrigações	0,97

2. Análise económico-financeira

No âmbito do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), os objetivos do relato financeiro das entidades públicas passam, sobretudo, por proporcionar informação útil aos utilizadores das demonstrações financeiras de finalidade geral, para efeitos de responsabilização pela prestação de contas e para a tomada de decisões. As demonstrações financeiras foram preparadas e apresentadas segundo a contabilidade na base do acréscimo, à semelhança do que já acontecia no normativo anterior (POCAL), de acordo com a estrutura concetual e as normas de contabilidade pública do SNC-AP.

De seguida iremos analisar o balanço e a demonstração de resultados do Município de Terras de Bouro.

2.1. Balanço

Em 2021 o Ativo do Município de Terras de Bouro ascendeu a € 36.922.110 o que representa um decréscimo de 42,1% em relação ao ano de 2020 e que se justifica, essencialmente, pelos ajustamentos de transição para o SNC-AP, dos Ativos Fixos Tangíveis, mormente, pela reexpressão retrospectiva das depreciações.

Tabela 9 Ativo

RUBRICAS	DATAS		Variação
	31/12/2021	31/12/2020	
Ativos fixos tangíveis	30.497.373,11	61.162.537,82	-50,14%
Propriedades de investimento	3.172.202,02		
Ativos intangíveis	102.549,20	8.774,96	1068,66%
Investimentos financeiros	583.266,20	583.266,20	0,00%
Ativo não corrente	34.355.390,53	61.754.578,98	-44,37%
Inventários	22.179,03	25.286,57	-12,29%
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis	434.109,99	215.637,57	101,31%
Cientes, contribuintes e utentes	71.917,00	113.722,45	-36,76%
Estado e Outros Entes Públicos	6.403,50	6.354,05	0,78%
Outras contas a receber	1.091.415,51	1.060.332,47	2,93%
Diferimentos	13.310,15	11.095,04	19,96%
Caixa e depósitos	927.384,06	560.651,45	65,41%
Ativo Corrente	2.566.719,24	1.993.079,60	28,78%
Total do ativo	36.922.109,77	63.747.658,58	-42,08%

A rubrica de Ativos Fixos Tangíveis sofreu, comparativamente com o ano de 2020 um decréscimo superior a 50%. Este facto está relacionado quer com as depreciações referidas no parágrafo

PRESTAÇÃO DE CONTAS 2021

anterior quer com a reclassificação de determinados bens do património municipal, para a rubrica de Propriedades de Investimento, em cumprimento das normas de contabilidade do SNC-AP.

Na análise aos dados constantes da tabela supra verifica-se que os ativos fixos tangíveis representam cerca de 82,6% do total do ativo municipal.

O Ativo Corrente representa 7,0% do total do ativo e regista um aumento de 28,8% relativamente ao ano de 2020, influenciado pelo acentuado decréscimo do Ativo Não Corrente e pelo aumento da rubrica de Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis.

Salienta-se ainda o aumento do saldo de disponibilidades (65,4%) que em 31/12/2021 apresentava um saldo de € 927.384.

No que diz respeito ao passivo municipal, o Município de Terras de Bouro encerrou o ano de 2021 com um valor de € 5.007.408, o que representa um aumento de 25,9%, em relação ao ano de 2020. O valor do passivo é constituído em 64,3% por passivo não corrente e 35,7% por passivo corrente.

Tabela 10 Passivo

PASSIVO	2021	2020	Varição
Provisões	409.150,70	409.150,70	0,00%
Financiamentos obtidos	2.810.895,58	2.130.167,95	31,96%
Passivo não corrente	3.220.046,28	2.539.318,65	26,81%
Fornecedores	183.731,30	133.316,44	37,82%
Financiamentos obtidos	321.572,11	396.173,78	-18,83%
Fornecedores de investimentos	12.862,81	48.980,10	-73,74%
Outras contas a pagar	1.269.241,95	859.052,96	47,75%
Passivo corrente	1.787.408,17	1.437.523,28	24,34%
Total do passivo	5.007.454,45	3.976.841,93	25,92%

Comparando com o ano de 2020 o passivo teve uma variação positiva de 25,9% que resulta essencialmente do aumento dos financiamentos obtidos, na vertente de passivo não corrente, e das outras contas a pagar, na vertente do passivo corrente.

Os Fundos Próprios do município apresentaram um saldo de € 31.914.655, o que representa um decréscimo de 46,6% em comparação com o ano de 2020. Este facto está associado aos ajustamentos de transição para o SNC-AP, já referidos anteriormente, que tiveram um elevado impacto nos Resultados Transitados.

PRESTAÇÃO DE CONTAS 2021

É também apresentado um Resultado Líquido do exercício, negativo de -433.852, cuja análise será efetuada no capítulo da Demonstração de Resultados e nas notas às demonstrações financeiras.

Tabela 11 Património Líquido

PATRIMÓNIO LÍQUIDO	2021	2020	Variação
Património / Capital	47.260.551,23	47.260.551,23	
Reservas	509.727,51	509.727,51	
Resultados transitados	-22.308.333,45	4.048.577,08	-651,02%
Outras variações no património líquido	6.886.562,05	9.070.437,27	-24,08%
Resultado líquido do período	-433.852,02	-1.118.476,44	-61,21%
Total do Património Líquido	31.914.655,32	59.770.816,65	-46,60%

2.2. Demonstração de resultados

O resultado líquido de 2021 é negativo, no valor de € 433.852. O aumento verificado no Resultado Líquido está relacionado com o facto de, no exercício de 2021, após a transição para o SNC-AP e a implementação de novo ERP, se ter estabilizado e corrigido os bens do património municipal, quanto às respetivas depreciações.

Os gastos de 2021 foram de € 11.793.215,75, a que corresponde um aumento de 3,0%, relativamente ao ano de 2020. A rubrica que apresenta a maior subida é a de Transferências e subsídios concedidos, que, no ano de 2021, ascendeu a € 1.693.087. A rubrica de Gastos com o Pessoal ascendeu a € 4.926.322, o que representa um acréscimo de 15,8%.

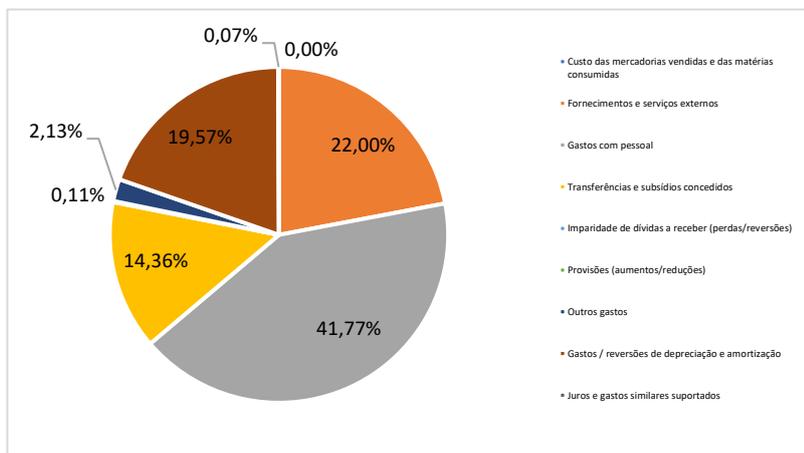
Tabela 12 Gastos

Gastos	2021	2020	Variação
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		28.313,98	-100,00%
Fornecimentos e serviços externos	2.594.641,79	2.642.808,82	-1,82%
Gastos com pessoal	4.926.321,91	4.252.513,49	15,84%
Transferências e subsídios concedidos	1.693.087,22	933.231,30	81,42%
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	13.376,51	32.539,48	-58,89%
Outros gastos	250.712,70	95.359,64	162,91%
Gastos / reversões de depreciação e amortização	2.307.407,78	3.458.658,54	-33,29%
Juros e gastos similares suportados	7.667,84	7.792,38	-1,60%
Total	11.793.215,75	11.451.217,63	2,99%

PRESTAÇÃO DE CONTAS 2021

A rubrica de Gastos com o pessoal continuam a ser a rubrica que apresenta maior peso relativo na estrutura de gastos do município: 41,8%, o que representa um aumento relativo quando comparado com o ano de 2020, onde este tipo de gastos representava 37,1% do total dos gastos da autarquia. Segue-se a rubrica de Fornecimentos e Serviços Externos com 22,0% e de Gastos/reversões de depreciação e amortização, com 19,6%.

Gráfico 7 Gastos



Os rendimentos atingiram em 2021 o montante de € 11.359.364, o que representa um aumento de 9,9%, comparativamente com o ano de 2020.

Tabela 13 Rendimentos

Rendimentos	2021	2020	Varição
Impostos, contribuições e taxas	1.252.018,74	1.122.991,83	11,49%
Vendas	165.839,51	137.975,97	20,19%
Prestações de serviços e concessões	243.231,51	198.827,51	22,23%
Transferências e subsídios correntes obtidos	7.474.336,53	6.744.435,06	10,82%
Trabalhos para a própria entidade	0,00	27.137,14	-100,00%
Reversão de provisões	0,00	46.859,79	-100,00%
Outros rendimentos	2.223.937,44	2.054.513,89	8,25%
Total	11.359.363,73	10.332.741,19	9,94%

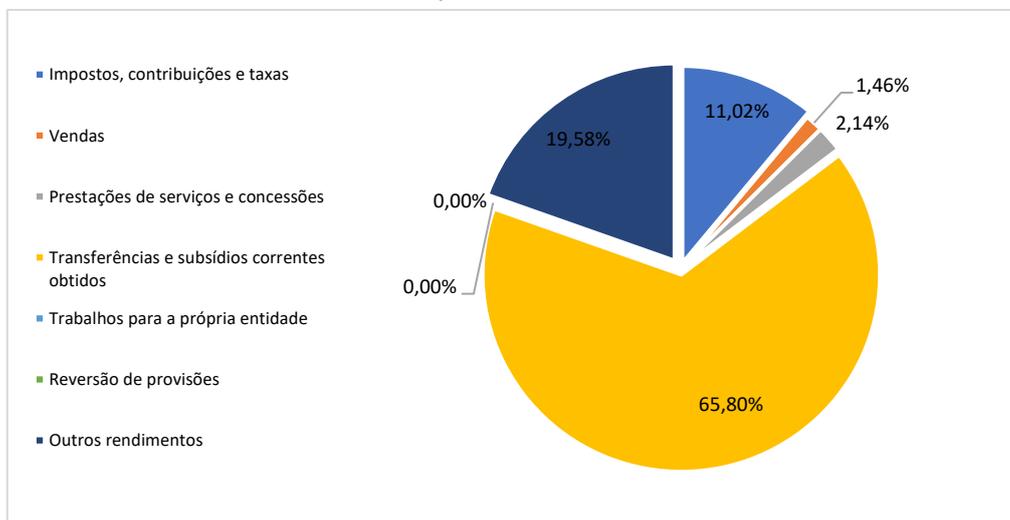
A rubrica que continua a ter o maior peso na estrutura de rendimentos da autarquia é a de Transferências e subsídios correntes obtidos, que representa cerca de 65,8% do total de rendimentos.

Segue-se a rubrica de outros rendimentos, com 19,6% e a de Impostos, contribuições e taxas com 11,0%.

Verifica-se, ao nível dos Impostos, contribuições e taxas um aumento de cerca de 11,5%, em comparação com o ano de 2020, tendo este tipo de rendimentos atingido € 1.252.019.

As rubricas de Vendas e de Prestações de Serviços e Concessões apresentaram em 2021 uma ligeira retoma, não atingindo, no entanto, os valores pré-pandemia.

Gráfico 8 Rendimentos



2.3. Indicadores económico-financeiros

Os rácios estabelecem relações entre contas e agrupamentos de contas das demonstrações financeiras, balanço e demonstração dos resultados, para quantificar factos, detetar anomalias e fazer comparações no tempo. De seguida encontram-se os principais indicadores económico-financeiros.

Tabela 14 Indicadores financeiros

Indicador	Fórmula de cálculo	2021	2020
Liquidez Geral	Ativo corrente / Passivo corrente	1,429	1,379
Liquidez Reduzida	Ativo corrente - Inventários / Passivo corrente	1,424	1,369
Liquidez Imediata	Disponibilidades / Passivo corrente	0,519	0,393
Autonomia Financeira	Património Líquido/Ativo	86,4%	93,8%
Solvabilidade	Património Líquido/Passivo	6,373	15,030
Endividamento	Passivo/Ativo	0,136	0,062

2.4. Endividamento municipal

Nos termos do artigo 52.º, do Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais (RFALEI), aprovado pela Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na sua atual redação, a dívida total de operações orçamentais do município não pode ultrapassar, em 31 de dezembro de cada ano, 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores. A dívida total de operações orçamentais do município engloba os empréstimos, os contratos de locação financeira e quaisquer outras formas de endividamento, por iniciativa dos municípios, junto de instituições financeiras, bem como todos os restantes débitos a terceiros decorrentes de operações orçamentais.

Não releva para a Dívida Total, apesar de configurar uma operação orçamental, os montantes relativos à devolução das poupanças líquidas da energia ao FEE no montante de € 5.504.

Tabela 15 Limite da Dívida total

Enquadramento	Valores
Receita corrente líquida cobrada – 2018	8.366.742,62
Receita corrente líquida cobrada – 2019	8.787.285,73
Receita corrente líquida cobrada – 2020	9.152.015,22
(a) Média da Receita Corrente dos últimos 3 exercícios	8.768.681,19
(b) Limite da Dívida Total – 1,5 x (a)	13.153.021,79

Tabela 16 Dívida total

Aferição da dívida	01/01/2021	31/12/2021
Total da Dívida a terceiros (incluindo não orçamentais)	2.863.973,39	3.712.169,83
Contributo (SM + AM + SEL + entidades participadas)	5.268,89	5.207,72
Dívida Total	2.869.242,28	3.717.377,55
Dívida FEE	14.938,94	5.503,82
Dívida não orçamental	141.452,73	203.829,38
Dívida Total (excluindo não orçamentais)	2.712.850,61	3.508.044,35
Margem de endividamento	10.440.171,18	9.644.977,44
Margem disponível	2.088.034,24	1.928.995,49

Da análise aos mapas que antecedem verifica-se um aumento da dívida total de cerca de 29,6%.

O valor correspondente à contribuição do Setor Empresarial Local para o endividamento do município, foi o valor comunicado pelas empresas no portal SIAL, da DGAL.

3. Contabilidade de gestão

Após a experiência vivida no ano de 2020, com a implementação do SNC-AP, acompanhada da implementação, sem sucesso, de um novo ERP de suporte, no Município de Terras de Bouro, seguiu-se no decurso do ano de 2021 a implementação, em tempo record, de uma nova solução que respondesse cabalmente às exigências deste novo normativo contabilístico. Assim, numa primeira fase procedeu-se à implementação do módulo de suporte à contabilidade propriamente dita – o SNC-AP. Seguiram-se as implementações dos módulos de suporte à gestão dos Recursos Humanos, do Aprovisionamento e do Imobilizado.

Já no decurso do ano, procederam-se também à implementação das soluções de suporte à receita municipal, nas suas mais variadas vertentes: Águas, Saneamento, Rsu's, Feiras e Mercados, etc.

A implementação da contabilidade de gestão terá suporte em vários módulos do ERP, nomeadamente nos módulos de Gestão de Máquinas e Viaturas e, em especial, no módulo de Gestão de Atividades e Obras Municipais.

A implementação dos módulos já concluídos representa, sem qualquer tipo de imodéstia, um enorme sucesso dadas as condições e o tempo em que tal foi conseguido. Neste aspeto é de realçar o empenho e dedicação dos trabalhadores do GTIC e da área financeira (Contabilidade, Aprovisionamento, Recursos Humanos, Património e Tesouraria) que, de forma abnegada, tornaram possível chegar a esta altura e Município poder apresentar as suas contas de forma fidedigna.

Naturalmente, não foi possível chegar a todas as vertentes preconizadas no SNC-AP e, por maioria de razão, a implementação da contabilidade de gestão ficou para segundo plano, terminando mesmo por não ser implementada na sua totalidade, tendo-se implementada unicamente um plano de reclassificação dos Rendimentos por classificação orgânica.

Julga-se que, no decurso do segundo semestre de 2022, a implementação desta vertente da contabilidade, será uma realidade.

4. Proposta de aplicação de resultados

O Resultado Líquido apurado no exercício de 2021 foi **negativo** de: **€ 433.852,02**.

Propõe-se:

1.º - a sua aprovação;

2.º - que o mesmo seja transferido para a conta 561 - Resultados Transitados.

5. Factos relevantes ocorridos após o encerramento do período

Não ocorreram factos dignos de registo entre 31 de dezembro de 2021 e a data da elaboração das demonstrações financeiras.

Prosegue, durante o corrente ano de 2022 a implementação de módulos do novo ERP e será expectável que a implementação de alguns ajustamentos relacionados com o SNC-AP ainda não operados consigam ser efetivados durante esse ano, designadamente a implementação da Contabilidade Analítica.

6. Dívidas ao Estado e à Segurança Social

Não existem dívidas em mora ao Estado, à Segurança Social, à Caixa Geral de Aposentações, nem a qualquer outro subsistema de segurança social ou organismo público.

7. Principais pressupostos relativos ao futuro

(Envolvendo risco significativo de provocar ajustamento material nas quantias escrituradas de ativos e passivos durante o ano financeiro seguinte)

Riscos de Mercado

(i) Risco de Taxa de Juro

Em resultado da manutenção de dívida a taxa variável no seu Balanço e dos consequentes fluxos de caixa de pagamento de juros, a entidade está exposta ao risco de taxa de juro do Euro. O Município recorre a financiamentos externos no decurso da sua atividade, estando exposto ao risco de taxa de juro já que parte da dívida financeira do Município está indexada a taxas de juro de mercado.

(ii) Risco de Preço

A entidade está exposta ao risco de preços das matérias-primas e serviços em geral, que, em face da conjuntura atual, se prevê uma escalada generalizada dos preços.

Risco de Crédito

O risco de crédito, na entidade resulta maioritariamente dos créditos sobre os seus clientes, contribuinte e utentes, relacionados com a atividade operacional.

A gestão de risco da entidade está estruturada nas necessidades próprias das atividades da entidade tendo em constante consideração:

- Uma regular monitorização das contas de clientes, contribuintes e utentes;
- O recurso às vias legalmente necessárias para recuperação de crédito.

Risco de Liquidez

A gestão do risco de liquidez tem por objetivo garantir que, a todo o momento, o Município mantém a capacidade financeira para dentro de condições de mercado não desfavoráveis:

- (i) Cumprir com as suas obrigações de pagamento à medida do seu vencimento;
- (ii) Garantir atempadamente o financiamento adequado ao desenvolvimento da sua atividade

8. COVID-19 e Guerra da Ucrânia

O surto do vírus SARS-CoV-2 (Coronavírus), que levou à declaração de pandemia, e ainda não levantada, pela Organização Mundial de Saúde em 11 de março de 2020, continua a provocar impactos na economia global e atingiram uma dimensão sem precedentes na situação de alerta gerada, no esgotamento dos sistemas de saúde e nas severas medidas de contenção e de combate que foram implementadas em inúmeros países, incluindo a declaração pela primeira vez na vigência da atual Constituição do estado de emergência, também em Portugal, em 18 de março de 2020. Vivemos hoje, neste âmbito, uma situação de estado de alerta, tendo sido aliviadas a maior parte das medidas restritivas.

Surgiu, já no decurso de 2022, a invasão da Ucrânia, pela Federação Russa, o que originou de imediato uma escalada dos preços da energia e conseqüente aumento da generalidade dos preços dos bens e matérias primas.

Numa altura em que se previa taxas de crescimento acima dos 4%, a Guerra na Ucrânia veio alterar todos os cenários, obrigando os governos de países dos principais blocos económicos e os respetivos Bancos Centrais, incluindo o BCE, a implementar medidas orçamentais extraordinárias e alterações na política monetária, que visam atenuar os impactos da crise, quer a provocada pela pandemia, e em especial a provocada pela Guerra na Ucrânia.

Assim, as perspetivas de evolução da atividade do Município em 2022 encontram-se inesperadamente desafiadas pelo impacto que a guerra vier a provocar, mas também pela reação à mesma por parte das comunidades e dos agentes económicos e do próprio governo central.

O enquadramento de complexidade acrescida decorrente do impacto da Guerra não altera a direção nem diminui a determinação do Município em prosseguir o trabalho de preparação e de transformação que é essencial para o seu território e para a sua população.

No contexto descrito, o município adotou um conjunto de medidas de contingência previstas e concebidas para assegurar a proteção de pessoas e a continuidade da atividade, incluindo, entre outras, o reforço das rubricas de aquisição de energia e combustíveis.

A destacar, no entanto, as seguintes considerações:

Impactos sobre a atividade:

- uma eventual desaceleração económica a nível global e/ou alterações dos padrões de comportamento poderão afetar ou adiar níveis de consumo e investimento – situação que irá provavelmente ter impacto na receita de impostos diretos a arrecadar (IMT, IMI, IUC e outros);
- o comportamento e necessidades da nossa comunidade não é ainda possível avaliar pelo que os impactos com eventuais ajudas financeiras a IPSS e outras instituições ainda se podem alterar;
- nos clientes não se verificou, até ao momento, nenhuma situação relevante de dificuldades em termos de pagamentos ou de solicitação de algum tipo de auxílio para lidar com as dificuldades de tesouraria.

Dependendo da profundidade e da extensão temporal dos impactos disruptivos, a atividade e resultados do município serão afetados em maior ou menor grau. Com base em toda a informação disponível à data, incluindo no que respeita à situação de liquidez e de capital, bem como quanto ao valor dos ativos, considera-se que se mantém aplicável o princípio da continuidade das operações que esteve subjacente à elaboração das demonstrações financeiras.

CAPITULO III – Organização municipal e recursos humanos

A organização do Município de Terras de Bouro assenta em duas estruturas fundamentais: a estrutura política, que é constituída pelo corpo executivo e pelo corpo deliberativo e a administrativa, na qual se enquadram os serviços municipais e o mapa de pessoal.

Estrutura Política

Nos termos do disposto no n.º 2, do artigo 5.º, da Lei n.º 75/2013, de 13 de setembro, os órgãos representativos do município são a assembleia municipal e a câmara municipal.

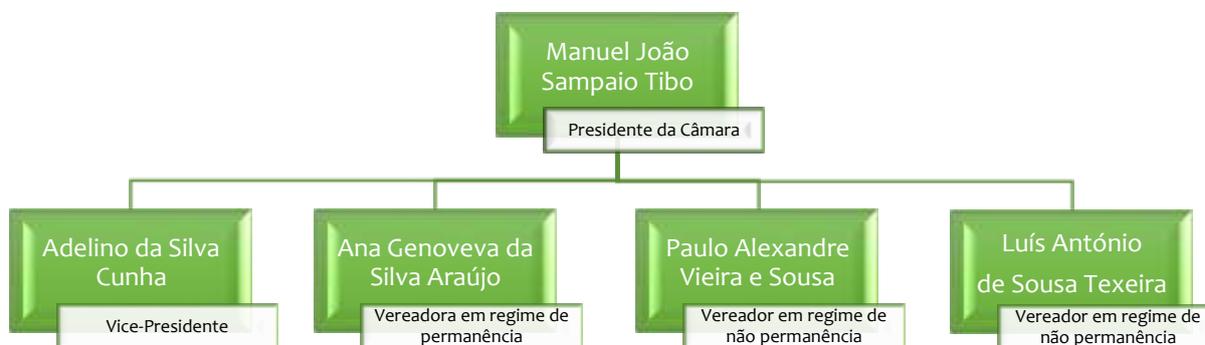
O corpo executivo é constituído pelo conjunto de elementos que, por via da delegação de competências (da Câmara Municipal no seu presidente e deste nos seus vereadores), se encontra investido de responsabilidades na área da gestão, tendo a seu cargo a supervisão direta das atividades desenvolvidas pela estrutura administrativa.

O ano de 2021 coincidiu com a realização das eleições gerais para os órgãos das autarquias locais, o que ocorreu em 26 de setembro de 2021.

Assim a gerência de 2021, foi assumida por dois órgãos executivos: entre 1 de janeiro e 16 de outubro e entre 17 de outubro e 31 de dezembro.

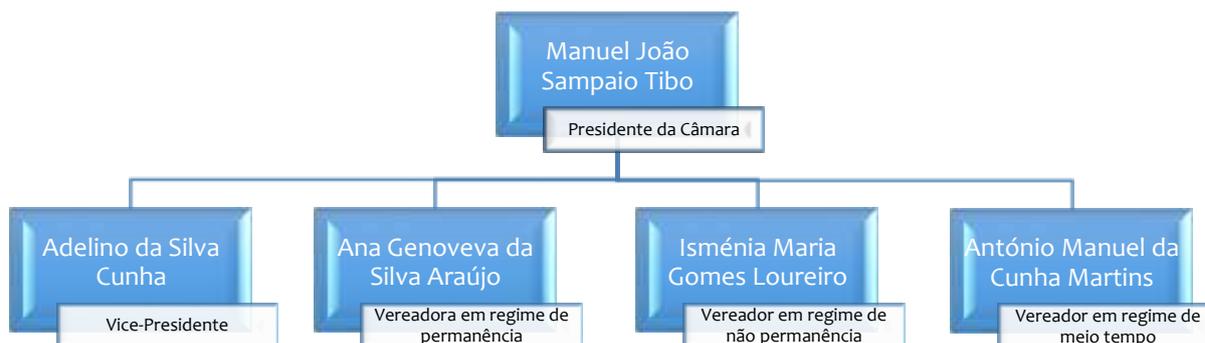
O executivo, que exerceu funções entre 1 de janeiro e 16 de outubro, tomou posse em 20 de outubro de 2017, e era constituído pelo presidente, Manuel João Sampaio Tibo, e por quatro vereadores, dois dos quais, Adelino da Silva Cunha e Ana Genoveva Silva Araújo, exerciam o mandato em regime de tempo inteiro.

Figura 1 Estrutura política 2017-2021



O atual executivo, que tomou posse a 17 de outubro de 2021, é constituído pelo presidente, Manuel João Sampaio Tibo, e por quatro vereadores, dois dos quais, Adelino da Silva Cunha e Ana Genoveva Silva Araújo, exercem o mandato em regime de tempo inteiro, e um, António Manuel da Cunha Martins, em regime de meio tempo.

Figura 2 – Estrutura política atual



Encontra-se constituído o Gabinete de Apoio à Presidência, dotado com um Chefe de Gabinete e um Adjunto, nos termos do n.º 1, do artigo 42.º da Lei n.º 75/2013, de 13 de setembro, conjugado com o n.º 4 do mesmo artigo.

Estrutura Administrativa

No que concerne à estrutura administrativa, o Município não dispõe de Serviços Municipalizados, nem de Empresas Municipais.

Dando cumprimento ao disposto na Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, que procede à adaptação à administração local da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na sua atual redação, que aprova o estatuto do pessoal dirigente dos serviços e organismos da administração central, regional e local do Estado, conjugada com o Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de outubro, foi publicado no Diário da República (2.ª Série), n.º 7, de 10 de janeiro, sob o Despacho n.º 682/2013, a Estrutura Orgânica Flexível da Câmara Municipal de Terras de Bouro, alterada por despacho de 27 de dezembro de 2017, publicado no Diário da República (2.ª série), n.º 18, de 12 de janeiro, sob o Despacho n.º 637/2018, que prevê a existência de quatro unidades orgânicas flexíveis e catorze subunidades orgânicas flexíveis.

Regime Jurídico de Emprego Público

Em conjunto com os Documentos Previsionais para o ano de 2021, a Assembleia Municipal aprovou, em sessão ordinária de 27/11/2020, o Mapa de Pessoal da Câmara Municipal para o ano de 2021, que se caracterizava, resumidamente, pelo contingente previsto na tabela que se segue:

Tabela 17 Mapa de pessoal

Cargo Carreira	Categoria	Total	Postos de trabalho			
			Por tempo indeterminado		A termo resolutivo	
			Ocupados	Livres	Ocupados	Livres
Dirigente Intermédio de 2.º Grau		4	4			
Coordenador Municipal de Proteção Civil		1		1		
Técnico Superior	Técnico Superior	51	37	14		
Assistente Técnico	Coordenador Técnico	16	16			
Assistente Técnico	Assistente Técnico	35	32	3		
Assistente Operacional	Encarregado Operacional	6	6			
Assistente Operacional	Assistente Operacional	144	100	24		20
Auxiliar	Mestre de tráfego fluvial	1	1			
Auxiliar	Motorista prático de tráfego fluvial	3		3		
Fiscal Municipal	Fiscal Municipal	2	2			
Informática	Especialista de informática	1	1			
Informática	Técnico de Informática	6	6			
Total Câmara Municipal		270	205	45		20

A 31 de dezembro de 2021, o total de trabalhadores ao serviço do Município de Terras de Bouro era de 215, sendo a relação jurídica de emprego público constituída da seguinte forma:

- 208 trabalhadores com contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado;
- 7 trabalhadores com contrato de trabalho em funções públicas a termo.

Verificou-se, no decurso do ano de 2021, a cessação da relação jurídica de emprego público, com o Município de Terras de Bouro, de 2 trabalhadores, da carreira e categoria de Assistente Operacional, por aposentação.

Verificou-se ainda a saída, por mobilidade interna, de um técnico superior para outra autarquia local.

O Mapa de Pessoal para 2021 apresentava em 31 de dezembro a seguinte configuração:

PRESTAÇÃO DE CONTAS 2021

Tabela 18 Mapa de pessoal - contingente a 31/12

Cargo/carreira	Postos de trabalho				Total
	Tempo Indeterminado		A termo		
	Ocupados	Vagos	Ocupados	Vagos	
Dirigente Intermédio	4				4
Coordenador Municipal de Proteção Civil	1				1
Técnico Superior	42	9			51
Assistente Técnico	43	8			51
Assistente Operacional	108	22	7	13	150
Auxiliar	1	3			4
Fiscal Municipal	2				2
Informática	7				7
Total	208	42	7	13	270

Dos lugares vagos apresentados existem oito postos de trabalho da carreira de técnico superior que se referem a postos de trabalho cujos titulares se encontram a exercer outras funções, seja em comissão de serviço, em licença sem remuneração ou em mobilidade para outra autarquia. Na carreira de Assistente Técnico seis lugares vagos referentes a trabalhadores que se encontram em mobilidade interna para a carreira de Técnico Superior. Existe ainda um posto de trabalho de Assistente Operacional que se encontra em licença sem remuneração, conforme se pode confirmar pela tabela que se segue:

Tabela 19 Mapa de pessoal mobilidades

Trabalhadores em Regime de contrato de trabalho por tempo indeterminado:	230
Trabalhador em comissão de serviço (Dirigentes + CMPC):	(5)
Em mobilidade interna	(7)
Trabalhador em comissão extraordinária de serviço (eleito local):	(1)
Trabalhador em licença sem remuneração:	(2)
Total de trabalhadores:	215

Distribuição de trabalhadores por carreira

A carreira que continua a concentrar mais trabalhadores é a de Assistente Operacional com 115 postos de trabalho ocupados no Mapa de Pessoal de 2021, representando 53,5% do total dos trabalhadores.

Em seguida surgem as

carreiras de Assistente Técnico e de Técnico Superior com 20% e 19,5%, respetivamente.

Em termos evolutivos o Mapa de Pessoal apresentava, em 31 de dezembro, o seguinte contingente:

Gráfico 9 Distribuição de trabalhadores por carreira

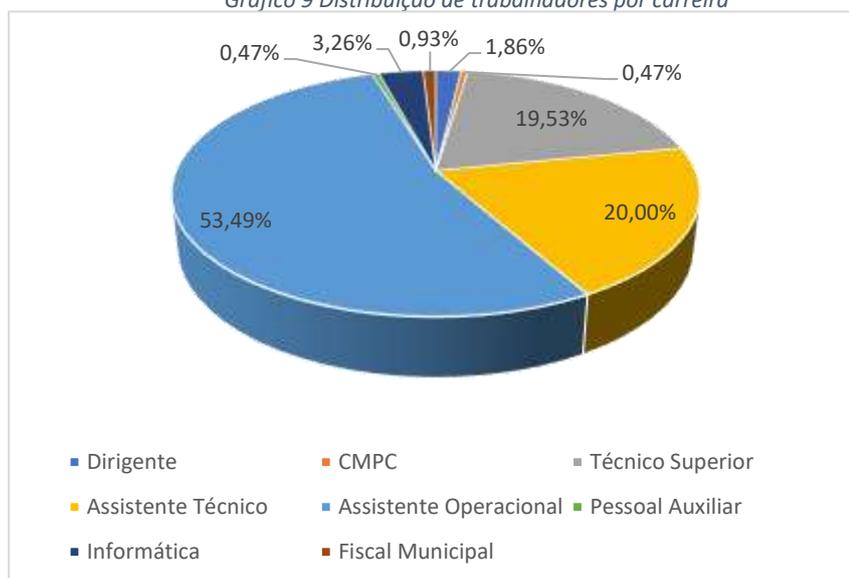


Tabela 20 Evolução do número de trabalhadores

Carreira	2017	2018	2019	2020	2021
Dirigente	4	4	4	4	4
Coordenador Municipal de Proteção Civil					1
Técnico Superior	41	43	43	42	50
Assistente Técnico	44	47	49	49	49
Assistente Operacional	97	96	106	107	116
Pessoal Auxiliar	1	1	1	1	1
Informática	7	7	7	7	7
Fiscal Municipal	3	3	3	2	2
Total de postos de trabalho ocupados no mapa de pessoal	197	201	213	212	230
Em comissão de serviço (dirigentes + CMPC)	4	4	4	4	5
Em mobilidade interna	0	1	1	0	6
Em comissão extraordinária de serviço (eleito local)	1	1	1	1	1
Em mobilidade para Órgão da Administração Local	1	0	0	0	1
Em licença sem remuneração	2	2	2	2	2
Total efetivo de trabalhadores	189	193	205	205	215

Distribuição de trabalhadores por género

O universo dos trabalhadores do município é representado maioritariamente por trabalhadores do género feminino (121), que representam 52,6% da totalidade dos trabalhadores, ao passo que os trabalhadores do género masculino (109), representam cerca de 47,4% do universo dos trabalhadores em exercício de funções no Município de Terras de Bouro.

Gráfico 10 Distribuição de trabalhadores por género

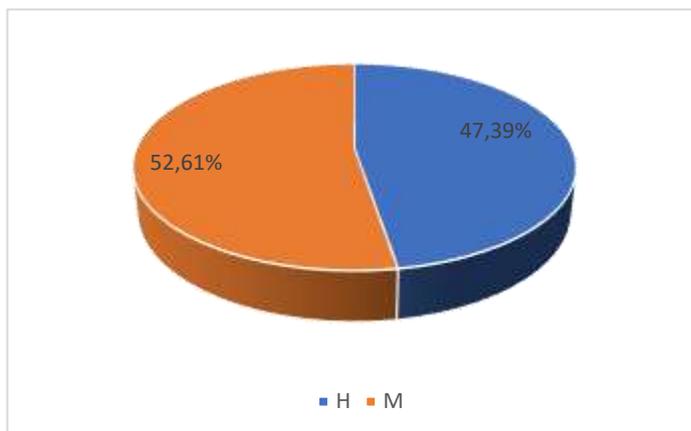
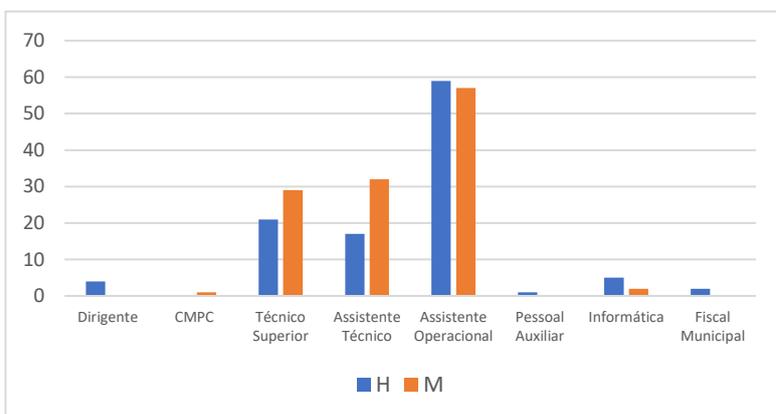


Gráfico 11 Distribuição de trabalhadores por carreira e género

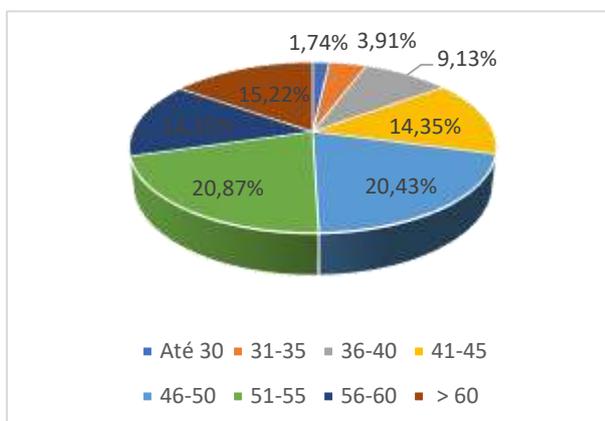


As carreiras onde é possível verificar maior número de trabalhadores do género feminino são as de Técnico Superior e de Assistente Técnico. O género feminino não se encontra representado ao nível dos dirigentes.

Distribuição de Trabalhadores por escalão etário

O gráfico que se segue demonstra o envelhecimento do universo de trabalhadores da autarquia. De facto, mais de 70,9% dos trabalhadores encontram-se nos escalões etários acima dos 45 anos. Por outro lado, o escalão etário “Até 30 anos” apresenta apenas 4 trabalhadores, ao passo que no escalão “superior a 60 anos” se encontram 35 trabalhadores (26 em 2020).

Gráfico 12 Trabalhadores por escalão etário



Distribuição de trabalhadores por escalão etário e género

Quanto à distribuição do universo dos trabalhadores em função da idade e do género verifica-se, pela análise do gráfico, que os trabalhadores do género masculino são os que ocupam os escalões de idade superior, sendo que cerca de 72,7% dos trabalhadores, do género masculino, tem idade superior a 45 anos de idade. Por outro lado, do universo dos trabalhadores do género feminino, verifica-se que 30% das trabalhadoras tem idade igual ou inferior a 45 anos de idade.

Gráfico 13 Distribuição de trabalhadores por idade e género

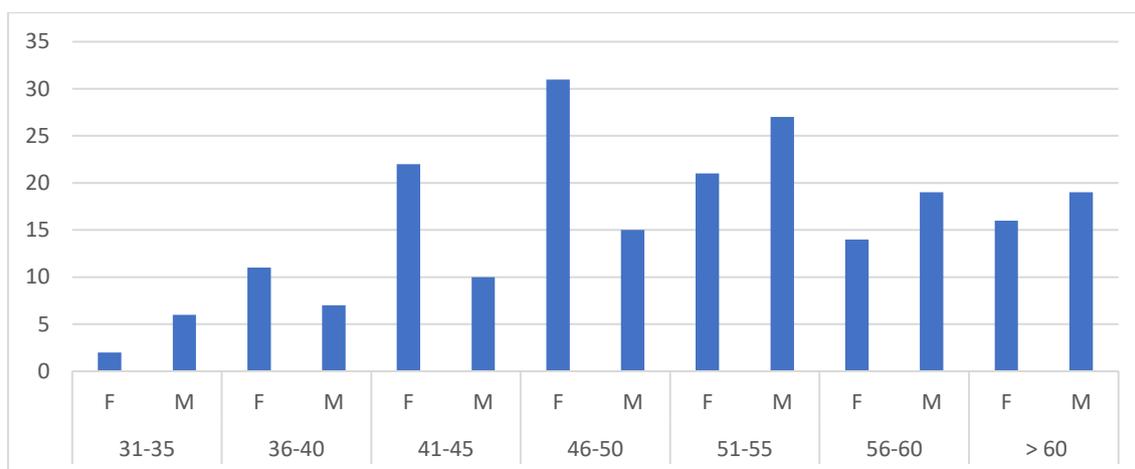


Tabela 21 Indicadores de despesa com o pessoal

	2017	2018	2019	2020	2021
Total de efetivos	189	193	205	205	215
Evolução efetivos	- 0,53%	2,12%	6,22%	0,00%	4,88%
Despesa paga	4 031 312,66	3 994 302,99	4 286 765,19	4.495.947,97	4.904.280,04
Evolução Despesa paga	6,22%	- 0,92%	7,32%	4,88%	9,08%
Despesa por trabalhador	21 329,70	20 695,87	20 911,05	21.931,45	22810,60
Evolução despesa/trabalhador	6,78%	- 2,97%	1,04%	4,88%	4,01%

Quanto à evolução do número de trabalhadores verifica-se um aumento de 10 efetivos no número de trabalhadores. Como consequência da conclusão do descongelamento das carreiras da administração pública e a integração de novos trabalhadores, as despesas com o pessoal apresentam um aumento de cerca de 9%. Este aumento reflete-se também na evolução da despesa paga por trabalhador que apresenta um aumento relativo de 4%.